



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0020349-58.2012.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**  
 Requerente: **Cassio Geribello da Cruz**  
 Requerido: **Eledy Grisel Helena Ferrari**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

**CONCLUSÃO**

Em 16/3/15, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da Primeira Vara Cível. Eu, João Cosme Berto (Chefe de Seção Judiciário), subscrevi.

**Numero de Ordem: 2069/12**

**Vistos, etc.**

**CASSIO GERIBELLO DA CRUZ,**

devidamente qualificado nos autos, busca, via deste incidente a declaração de ato de alienação parental do menor Gabriel Ferrari da Cruz, que atribui a mãe **ELEDY GRISEL HELENA FERRARI**.

Alega, em síntese: que o menor é fruto do relacionamento havido entre as partes; com a separação do casal a guarda foi atribuída a genitora, ficando ao autor resguardado o direito de visitas; ocorre que o comportamento da requerida é doentio e tem interferido na relação pai x filho, restando configurada alienação parental. Pugnou pela convivência em paz com o filho, sem a interferência materna, sob pena de responsabilidade criminal e fixação de multa à alienadora, bem como a determinação de acompanhamento psicológico



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das** Horário de Atendimento ao Público << Campo excluído do banco de dados >>

para a postulada (*genitora*).

A inicial veio instruída com documentos de fls.

19/27.

Foi determinada a citação (*fls. 30*).

Em sua defesa a postulada refutou o quanto alegado pelo autor, sustentando em resumo que: **1.** As alegações são inverídicas; **2.** É o autor que está despreparado para o trato com o filho, vez que faz promessas ilusórias a ele (*por ex. leva-lo a Disney e à Londres*); **3.** A repulsa do filho em relação ao pai está relacionada aos traumas vivenciados por ele antes da dissolução da sociedade conjugal. Por fim, pediu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica e documentos (*fls. 51/57*).

Por determinação do Juízo foram trasladadas dos autos principais cópias do laudo psicossocial (*fls. 82/103*); complementado a fls. 222/240.

Os requerentes juntaram os documentos de fls. 68/72, 109/112, 121/164, 173 e 186/216.

O Promotor de Justiça requereu audiência de instrução e julgamento.

**É O RELATORIO.**

**DECIDO**, antecipadamente, por entender que a cognição se encontra completa, desnecessárias outras provas.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>**

A Lei nº 12.318/2010, em seu artigo 2º, assim conceitua a alienação parental: *“Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este”*.

Para tipificação da “alienação parental” é, portanto, necessária uma “programação do filho” para odiar o parente com quem não convive, sendo nele implantadas falsas memórias, aceitas como verdadeiras.

E no caso, não é isso que aflora dos autos.

Segundo investigou e apurou o Setor Técnico o histórico das partes revivido caracteriza-se acentuadamente pela **ausência**, quando não descontinuidade da presença física e emocional **do genitor**....(*textual – fls. 237*).

Já o julgamento negativo da mãe em relação ao pai – que é certo, existe - não a demoveu do incentivo na incrementação do vínculo paterno-filial após a separação definitiva; **ao contrário sempre revelou atitude de cooperação para a concretização das visitas, que acabaram por vontade do menor**.

Outrossim, em várias oportunidades o adolescente denunciou as técnicas as experiências que o indispunham com o genitor e que não decorriam da influência materna, “mas do agir parental” – *cf. fls. 238, 101, §§ 3º e 4º*.

Por tal motivo sobreveio a conclusão da ausência



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h  
Público << Campo excluído do banco de dados >>**

de evidências de tentativa (*da mãe*) de silenciar a expressão do afeto do filho ao pai.

Ou seja : **Não são por ela estimuladas as recordações negativas do passado, evocadas pelo próprio ao revelar-lhe as agressões a ela desferidas.**

Como se tal não bastasse – agora ingressando na questão apenas das visitas – exigir/impor a Gabriel a **obrigação** da reaproximação é submetê-lo à violência psicológica (*fls. 240*), sendo de inteiro rigor manter a “suspensão das visitas” que deliberei nos autos do divórcio (*feito nº 820/10*).

Ao que se logrou apurar aludido adolescente é portador da “Síndrome de Asperger”, uma forma branda de autismo e certamente apresenta dificuldades de interação com outras pessoas.

A maioria das pessoas com “Síndrome de Asperger” tem problemas para entender os motivos e as intenções dos outros. Em situações menos estruturadas, lidar com outras pessoas torna-se muito estressante. Em algumas ocasiões tal tensão pode libertar sob a forma de explosão (*crises e colapsos*).

Essa situação por certo exigirá do pai à submissão a um acompanhamento psicológico **específico**, visando primeiro sua conscientização e na sequência a assimilação de mecanismos específicos de aproximação com o filho.

**Assim que reunir tais atributos** o pai pode tentar junto a genitora a retomada dos contatos ou, havendo resistência, nova judicialização da questão.

Mais creio desnecessário acrescentar.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>**

Isso posto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido inicial.

Em razão da sucumbência, arcará o autor com honorários advocatícios que fixo em um salário mínimo, cuja execução fica condicionada aos termos da L.A.J.

P.R.Int.

São Carlos, 30 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**